

Educação do campo e escola itinerante do MST: articulações do projeto político-pedagógico com o contexto sócio-educacional

Ane Carine Meurer*
Cesar De David**

Resumo

A escola itinerante articula-se com a educação do campo uma vez que os integrantes do MST lutam pela terra, para nela produzirem suas vidas e de suas famílias. Esta experiência pedagógica promove a inclusão social desta população, através de uma educação diferenciada, inserida no contexto da educação popular. Compreender criticamente o processo educativo que relaciona a universidade, os movimentos sociais e a educação popular é o objetivo deste artigo, resultado do envolvimento com a prática da Escola Itinerante do MST, estabelecido desde 1997 e que continua ainda em desenvolvimento. A pesquisa, de cunho qualitativo, tem como procedimentos metodológicos as observações participantes em vivências junto a acampamentos de trabalhadores rurais; entrevistas com educadores, educandos e demais acampados presentes no cotidiano da escola; oficinas e atividades pedagógicas; seminários temáticos e análise documental. Espera-se contribuir para que a universidade configure-se como espaço-tempo de discussão sobre a educação do campo vinculada à educação popular, formando professores comprometidos com a realidade social e educacional brasileira.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Educação do Campo. Educação e Movimentos Sociais.

Education of the field school and itinerant school of the MST: links of the political- pedagogic project in the social-educational context

Abstract

The itinerant school ties with the education of the field since the members of the MST fighting for land to on it produce their lives and their families. This educational experience promotes social inclusion of this population, through a differentiated education, inserted in the context of popular education. Understand critically the educational process that relates to university, social movements and popular education is the purpose of this article, resulted of involvement with the practice of the itinerant School of MST, established since 1997 and that still in development. The qualitative research has as the methodological procedures observation experiences among participants in the camps of rural workers, interviews with educators, students and others camped presents in the daily life of school, workshops and teaching activities; thematic seminars and analysing documentary. It is expected to help the university set up as a space-time of discussion on education of the field linked to popular education, training teachers committed to the social reality and educational Brazilian Reality.

Keywords: Political-Pedagogic Project. Education of the Field. Education and Social Movements.

* Profa. Dra. Dept. de Fundamentos da Educação/Universidade Federal de Santa Maria/UFSM.

** Prof. Dr. Dept. de Geociências/Universidade Federal de Santa Maria.

1. Introdução

A luta empreendida pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – não se restringe à conquista da terra, embora fundamental, ela é parte de um projeto de transformação social em que se inclui também o acesso a educação. Para esse movimento social a conquista da terra e a conquista da educação são partes de um único e mesmo processo que orienta e dá sentido às suas práticas.

A escola itinerante efetiva os direitos à educação as crianças, jovens e adultos, que estão em luta pela terra, em acampamentos do MST ou em outras ações do movimento. Nessa escola não se adotam os mesmos métodos educacionais utilizados no ensino convencional. Em sua prática pedagógica busca significar a realidade dos acampamentos e do espaço rural articulando-a aos conhecimentos produzidos e historicamente acumulados e reconhecidos socialmente, vinculando-se ao projeto de educação popular. Soma-se a isso o fato de que os educadores também são pessoas acampadas, que se dispõem a contribuir com o setor de educação do movimento e que tenham um maior nível de formação.

Atualmente, a escola itinerante é necessária e fundamental para assegurar o direito à educação em função do grande número de crianças em idade escolar e de adultos analfabetos nos acampamentos.

Entre os motivos que levaram os trabalhadores rurais sem terra vinculados aos acampamentos do MST a se organizarem na luta pela escola itinerante, destacam-se as dificuldades de acesso à escola convencional por estarem acampados em áreas rurais, geralmente longe das instituições educativas formais e também o questionamento da função social da escola convencional que historicamente tem estado descomprometida com as questões referentes às desigualdades sociais, econômicas e culturais, e, portanto, desvinculada do projeto Sem Terra.

Compreender criticamente esse processo educativo que relaciona universidade com os movimentos sociais e a educação popular é o objetivo deste artigo, resultado do envolvimento com a prática da Escola Itinerante do MST, estabelecido desde 1997 e que continua ainda em desenvolvimento. Nessas práticas, a educação ganha novos contornos e novos espaços, ultrapassando a dimensão escolar, construídas em meio a ambientes educativos. A pesquisa, de cunho qualitativo, tem como procedimentos metodológicos: observações participantes em vivências junto a acampamentos de trabalhadores rurais; entrevistas com educadores, educandos e demais acampados presentes no cotidiano da escola; oficinas e atividades pedagógicas; seminários temáticos e análise documental. Espera-se contribuir para que a universidade configure-se como espaço-tempo de discussão sobre a educação do campo, vinculada a educação popular, formando professores comprometidos com a realidade social

e educacional brasileira.

2. A escola itinerante e a educação no MST

A escola convencional, enquanto reprodutora do sistema capitalista, não atende as necessidades dos movimentos sociais. A escola itinerante traz para o contexto social a luta por uma sociedade alternativa que pode ser construída através da educação. Pois grande parte das escolas convencionais não consegue trabalhar com as representações das classes populares, que não se limitam apenas ao atendimento direto das necessidades materiais. Sendo assim, nos movimentos populares, gesta-se coletivamente a reconstrução de projeto político-pedagógico em que a escola volta-se para a realidade dos sujeitos sociais, considerando suas condições de vida, ouvindo o que pais, crianças e adolescentes têm a dizer, rompendo com o silêncio histórico a que estão submetidos, transformando-os em sujeitos do processo educativo, permitindo-lhes participar ativamente do seu fazer pedagógico.

A construção de uma escola nos acampamentos passa pela disputa político-pedagógica entre as concepções de educação do Estado e do MST. E, do mesmo modo, o debate acerca da situação atual da educação passa pela contextualização do país e, portanto, das crises econômicas, da influência de agentes externos e da própria política neoliberal. Portanto, a escola sofre com as políticas estatais de orientação neoliberal voltadas para a privatização e redução de investimentos na educação. Morigi (2003) aponta como conseqüências deste projeto a desvalorização do magistério, a municipalização de escolas, o ensino à distância e o desmantelamento do ensino superior.

A luta contra esse conjunto de medidas ocorre através de projetos alternativos que garantam às camadas populares o acesso ao conhecimento. Especialmente no espaço rural esta luta apresenta sérios entraves. A começar pela falta de investimentos que denota pouca atenção para esta realidade diferenciada. Em geral, considera-se o campo como o lugar do atraso. Os currículos das escolas do campo não estão interligados à sua realidade, distanciando-se da sua identidade e cultura. A falta de oportunidade e tempo para a interação dos professores com a realidade escolar contribui para aumentar a lacuna entre teoria e prática. A necessidade de construir um projeto de educação voltada para o campo, assumindo e valorizando sua especificidade implica em mudança de conceitos, conteúdos, habilidades e atitudes por parte do Estado e da comunidade escolar, especialmente dos educadores e educandos. Perspectiva que exige espaço-tempo de reflexão conjunta, coletiva e solidária, permeada de intencionalidade, desprendimento, responsabilidade e organização.

O professor formado no meio urbano em geral não reconhece o meio rural como um lugar que apresenta uma realidade diferenciada, com uma identidade que precisa ser recuperada, valorizada e preservada. Muitos não estão habituados ao cotidiano do campo e, por sua vez, não têm disponibilidade para

integrar-se à comunidade escolar, a fim de conhecê-la, contribuindo no processo de construção de um currículo diferenciado.

O enfrentamento dessa problemática fez com que o MST lutasse pela concretização da educação nos acampamentos e assentamentos do movimento, em que a escola itinerante é sua expressão emblemática.

3. Escolas itinerantes: ambientes educativos e suas significações

A prática pedagógica da escola itinerante é singular e não pode ter como parâmetro a metodologia tradicionalmente utilizada nas redes de ensino públicas, mesmo as voltadas para as classes populares. Nesse sentido, esse movimento social defende a pedagogia freiriana, perspectiva teórica capaz de preencher e dar conta de suas expectativas em relação ao processo ensino-aprendizagem. O ensino convencional mostra-se alijado do contexto social das crianças rurais e em particular das crianças acampadas, que por isso evadem-se da escola ou acabam reféns de um processo de aquisição cultural distante de sua realidade.

A escola itinerante do MST configura-se como um projeto educacional diferenciado das instituições de ensino convencionais e, portanto, não pode ser refletida tão somente a partir de conceitos e caracterizações oriundas desse espaço. Nas escolas convencionais a finalidade do ato educativo ainda centra-se na apropriação do conhecimento sistematizado. Já nas escolas do MST, o fim da educação é a humanização do sujeito Sem Terra, mediatizada pelo saber historicamente acumulado, ou seja, a apropriação e (re)construção do conhecimento devem vislumbrar a formação humana de educadores e educandos.

Entre os objetivos da escola itinerante está o de promover a formação de seus educadores, tendo em vista uma melhor qualificação para atender tanto as exigências da LDB, quanto a demanda de seus alunos, na direção de um ensino rural voltado à realidade dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, Caldart (2001), ao propor uma discussão acerca do currículo das escolas itinerantes, alerta que, nesse contexto, o termo *currículo* é ressignificado ao referendar um novo projeto educacional, que compreende dimensões e práticas de formação humana. A autora lembra que a palavra currículo remete às “grades” curriculares, que tolhem os sujeitos de agir, sugerindo que o compromisso da escola é a transmissão de conteúdos e consagrando uma visão reducionista do ato educativo. Portanto, nas escolas do MST trabalha-se com a concepção de *ambiente educativo*, que diz respeito a ações pedagógicas intencionais que perpassam o ambiente escolar: o que se faz, produz, diz, vive e participa.

Entre as dimensões que compreendem o ambiente educativo, Caldart (2001) destaca a formação de valores e a educação da sensibilidade; o cultivo

Educação do campo e escola itinerante do MST: articulações do projeto político-pedagógico com o contexto sócio-educacional

da memória e o aprendizado da história; a produção de conhecimentos humanamente significativos; a formação para o trabalho; a formação organizativa; a formação econômica e a formação política. No que se refere às práticas educativas, a autora destaca, ainda, as aulas; as oficinas; o trabalho e a produção; a gestão coletiva; as atividades artísticas e lúdicas; a participação em ações do Movimento fora da escola e a sistematização das práticas.

Quando Caldart (2001) trata da concepção educacional na pedagogia desse movimento, evidencia-se nitidamente a concepção freiriana de que a educabilidade do ser humano assenta-se na sua inconclusão, no seu não condicionamento e, portanto, na possibilidade que este tem de *ser mais* (Freire, 2001). Compreendendo a natureza humana num processo dinâmico em que o sujeito constitui-se social e historicamente.

Dessa forma, na Escola Itinerante do MST, a função primeira da educação é a humanização do sujeito Sem Terra, aliada a reflexão crítica da realidade específica do acampamento e do modelo social vigente, indo ao encontro do que Freire (1992, p. 12) entende ser o pressuposto fundante sobre o papel da ação educativa: “humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo”.

Segundo Caldart (2001, p.35), aprender a ser Sem Terra acontece no ato de conviver, participar e assumir essa identidade: *as ações produzem e não são produzidas por meio de relações sociais*. Essa construção é fortalecida nas relações e ações de luta, que se referem às ocupações de terra, mobilizações, místicas e às organizações coletivas que se plasmam em acampamentos e assentamentos. São espaços-tempos educativos que integram, complementam e ultrapassam o âmbito escolar.

A escola formal tem servido, particularmente, para a manutenção do *status quo*, com o objetivo de formação de mão-de-obra reserva para o mercado de trabalho capitalista. Ela continua trabalhando com conceitos desvinculados da realidade, em disciplinas separadas, compartimentadas no que Freire denomina de “educação bancária”, que em muito contribuem para a má qualidade do ensino e para a exclusão, já que poucos conseguem concluir o ensino médio e a universidade.

A Escola Itinerante do MST tem se mostrado uma alternativa possível de educação popular uma vez que tem contribuído para a formação cidadã. Através do projeto político-pedagógico a escola itinerante efetiva o direito à educação das crianças acampadas. Isso ocorre através do diálogo dos saberes do mundo vivido com os conhecimentos sistematizados. Esse diálogo exige comprometimento, que se viabiliza através do reconhecimento da realidade do outro, das suas necessidades, comprometendo-se com a emancipação coletiva. Essa relação efetiva-se pela reciprocidade entre os sujeitos, permeada de humildade, fé e amor.

Segundo Freire (1992), esta relação de confiança é fundamental para que seja possível estabelecer uma educação problematizadora. Na busca de se construir o conteúdo programático deste processo, é preciso levar em conta a realidade dos alunos, fazendo a leitura de mundo – investigação conscientizadora – em que cada indivíduo possa se dar conta de sua posição no mundo. Essa perspectiva tem como finalidade possibilitar as pessoas aperceberem-se de sua condição através da reflexão crítica em torno das relações homens-homens, homens-mundo, a fim de superá-la.

A reconstrução do projeto político-pedagógico da escola itinerante propõe que seu *ambiente educativo* tenha em vista o direito à escola, através do desenvolvimento das atitudes que venham ao encontro da discussão crítica sobre as questões políticas, econômicas e sociais. Esses aspectos poderão superar os avanços da individualidade, pois os sujeitos afirmam seus direitos (homem e cidadão) e adquirem liberdades existenciais (autonomia na escolha do trabalho, da moradia, do lazer, por exemplo). Esse projeto também expõe a compreensão da finitude do espaço-tempo que deve ser conflitada pelos avanços, sem limites, do projeto capitalista.

[...] O conteúdo da educação, sujeito a grandes variações históricas, expressa, consciente ou inconscientemente, certos elementos básicos da cultura: é uma seleção determinada, um conjunto articular de ênfases e omissões. Além disso, se examinarmos essa seleção de conteúdos mais detidamente, observaremos fatores decisivos que afetam sua distribuição: as escolhas culturais envolvidas na seleção de conteúdos têm uma relação orgânica com as escolhas sociais envolvidas na organização prática. (LOPES, 1999, p. 87-88).

Configurar um ambiente educativo para a escola itinerante, inserido em um projeto político-pedagógico do MST, foi e continua a ser um desafio para esse movimento social, no sentido de promover a reflexão sistemática através da educação que articula as questões de significância do contexto cultural e socioeconômica com os conhecimentos sistematizados, integrantes da formação convencional, integrando os diferentes saberes (populares, científicos, filosóficos) necessários à formação humana.

4. Educação do campo e formação de professores: diálogos entre Universidade e movimentos sociais

Ao pensar a educação do campo, a universidade pública, em especial os cursos de formação de professores, não deve desconsiderar a análise sobre a importância da relação entre a luta pela terra e o currículo escolar, seja em escolas convencionais, seja em realidades educacionais diferenciadas, como é o caso das escolas itinerantes do MST, em razão da incapacidade do Estado de priorizar essa população nas atuais políticas públicas implementadas pelos

Educação do campo e escola itinerante do MST: articulações do projeto político-pedagógico com o contexto sócio-educacional

governos, sobretudo no campo das políticas educacionais.

Nesse contexto, o papel da universidade e dos cursos de formação de professores é o de considerar o campo como

[...] um terreno potencialmente fecundo para a emergência de práticas educativas que ajudem a repensar criticamente a forma escolar. Deste ponto de vista, a escola em meio rural aparece, não como algo de obsoleto, mas, sim, como algo que pode ser “portador de futuro”. (CANÁRIO, 2005, p. 173)

Com essa compreensão da educação do campo, filia-se, assim, à direção nacional e estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que percebe a educação como condição da luta pela terra e pela transformação social, elegendo a escola como um dos fundamentos imprescindíveis à sustentabilidade do movimento, em face da realidade socioeconômica e cultural e das diferenças individuais de seus integrantes.

A universidade ao considerar a dimensão pedagógica dos movimentos sociais deve proporcionar aos professores em formação, inicial e continuada, o espaço-tempo de reflexão sistemática sobre a educação popular. Promover a articulação de saberes e troca de experiências sobre o contexto diferenciado dos acampamentos, da Escola Itinerante e do aluno acampado a fim de que questionem teorias e práticas educacionais paradigmáticas e hegemônicas. Isso possibilitará sua qualificação para atuar junto a uma realidade diferenciada de suas experiências cotidianas, superando a fragmentação do conhecimento.

A importância da formação qualificada de professores para atuarem em diferentes realidades, tem sido uma questão central entre os educadores dos cursos de licenciatura da UFSM, pois os mesmos têm se preocupado em proporcionar aos alunos a possibilidade de problematizá-las, discuti-las e questioná-las. Presentes na educação que ora temos. Sendo assim, as inúmeras faculdades, cursos e áreas do conhecimento estariam implicadas com a compreensão das questões sociais, históricas, políticas, educacionais, econômicas, culturais ... (MEURER; DAVID, 2006, p. 23)

O sentido da universidade é a compreensão de um universo amplo, da totalidade de conhecimentos que possibilitam uma formação que vai além da linearidade, da fragmentação e da hierarquia.

Neste sentido, projetos integrados entre os cursos de licenciatura, como é o caso do projeto integrado com professores e alunos da escola itinerante envolvendo os cursos de pedagogia e geografia da UFSM, são importantes para que os profissionais da educação em formação possam ter uma compreensão da realidade em que trabalham. Além disso, permitem compreender as conseqüências que suas práticas têm sobre os alunos e sobre a comunidade

escolar com os quais se envolvem.

As conexões possíveis entre os diferentes saberes e disciplinas têm a capacidade de qualificar os futuros profissionais estabelecendo uma identificação com o vivido e o estudado, superando a fragmentação e a mecanização do processo de ensino/aprendizagem e da pesquisa acadêmica. Entende-se o vivido como resultado da relação intersubjetiva das múltiplas e várias experiências empreendidas na produção da vida.

A formação de professores/pesquisadores, objetivando a interdisciplinaridade, permite reconstruir a unidade dos objetos que a fragmentação dos métodos separou e com isto, possibilitar a análise das situações globais, dos limites do próprio conhecimento, proporcionando assim um diálogo entre as disciplinas acadêmicas.

Acredita-se na possibilidade de superação da fragmentação instituída nos mais diversos espaços-tempo, perante o problema do conhecimento, do saber, em busca de uma integridade do pensamento e o restabelecimento de uma ordem perdida.

Como argumenta Souza:

Os movimentos sociais populares têm constituído um espaço permanente de confronto de saberes num processo em que as necessidades populares se transformam em demandas sociais (econômico – ideológicos) e se elaboram propostas para sua satisfação: projetos emergenciais e históricos. São experiências culturais significativas para pessoas dos diversos segmentos das diferentes camadas da classe trabalhadora e dos intelectuais comprometidos com esse processo. (2007, p. 49)

Os diálogos de saberes permitem que sejam estabelecidos vínculos entre a origem, a formação e as características dos movimentos sociais em geral, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em particular. Isto permite que sejam questionadas as políticas educacionais e seu impacto em diferentes realidades sociais, as relações de poder que se estabelecem na ocupação e na produção do espaço, os processos de inclusão e exclusão social que definem o acesso dos diferentes agentes sociais aos bens coletivos.

Observa-se que esta integração é fundamental para que os futuros profissionais possam compreender melhor a realidade sobre a qual irão confrontar-se, respeitando as origens sociais de seus alunos, suas tradições, suas histórias, seus projetos de vida, ao mesmo tempo em que buscam construir uma prática em que a educação seja compreendida como inerente a vida e como prática cotidiana.

Educação do campo e escola itinerante do MST: articulações do projeto político-pedagógico com o contexto sócio-educacional

Diante do argumento de que a formação do educador deve contemplar a articulação entre a teoria e a prática, a universidade, sobretudo a pública, através da indissociabilidade da pesquisa, do ensino e da extensão, pode ligar

à prática numa perspectiva de abertura sobre os possíveis.[...] O divórcio tantas vezes constatado entre a teoria e a prática, a pesquisa e o campo é uma verdadeira perda de sentido. Perda de sentido porque se trata de um fechamento, da recusa de fazer a vida circular, suprimindo o risco que a cultura do outro representa (quer seja esse outro o pesquisador ou o prático), recusando o significado de que ele é portador. (GAUTHIER, 1998, p. 394).

Nesse sentido, temos trabalhado no “Projeto Integrado de Trabalho com Professores e Alunos da Escola Itinerante do MST” desenvolvendo atividades diversificadas, tais como seminários e debates, viagens de campo, oficinas e atividades didáticas com os educandos e educadores das escolas itinerantes do MST. Os debates e os encontros são fundamentais para a compreensão desse movimento social e de seus desafios, limites e possibilidades diante da atual conjuntura.

Desenvolvendo suas atividades de inserção, discussão e reflexão de professores e estudantes em torno da proposta de educação popular que vem sendo construída pela Escola Itinerante do MST, a universidade reconhece a dimensão pedagógica dos movimentos sociais, e sua importância para a formação de professores comprometidos socialmente. A integração dos acadêmicos com os acampamentos oportuniza a aproximação dessa realidade específica incentivando o interesse pelos problemas e questões sociais – sua discussão e reflexão, estimulando a prática da pesquisa, da extensão e o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas. Possibilitando, também, um maior comprometimento com as propostas educacionais voltadas à educação popular.

Além disso, o acompanhamento da implantação do projeto político-pedagógico da escola itinerante, desde 2001, permite compreender como se articula a gestão entre a escola-base e as escolas itinerantes, buscando-se analisar como se efetiva a articulação da teoria e da prática, ou seja, como o movimento e a escola teorizam suas práticas e como elas de fato acontecem. Esse processo contribuiu para que as dificuldades e problemas sejam detectados, discutidos e superados.

Entende-se que os acampados, através da escola itinerante, articulam seu projeto político-pedagógico quando se propõem a construir uma sociedade justa. Compreendem que essa justiça não será dada se seus filhos não tiverem escola, terra e demais direitos que orientam suas lutas. Para que esse projeto se efetive é fundamental que eles e seus filhos sejam alfabetizados e, para tanto, também lutam para que os educadores de suas escolas comprometam-

se com esse propósito.

Milton Santos (2000) quando propõe a discussão da *pedagogia da existência*, sugere que se repense o projeto político-pedagógico social, articulando-o à proposta escolar, familiar e dos demais espaços-tempo com os quais se interage. Assim sendo, é fundamental que se pense sobre o que se tem? Quem se é? e o que se está fazendo diante dessas respostas.

Nesse contexto, o educador que se reconhece enquanto sujeito compreende os limites e possibilidades de sua formação, trabalhando na perspectiva de superar seus preconceitos e seus não-saberes, propondo-se a sempre aprender, sedento por enfrentar desafios e disposto a novas práticas e experiências.

A *pedagogia da existência* trabalha com conceitos capazes de auxiliar a todos os envolvidos a pensar a reconstrução do projeto político-pedagógico, compreendendo seus espaços-tempos. Nesse sentido, pode-se dizer que o MST, através de seu projeto político-pedagógico, está intimamente ligados à essa proposta. Os Sem Terra – homens e mulheres, crianças, jovens – compreendem, de uma forma para além da veiculada pelos meios de comunicação de massa, o mundo em que vivem, a condição social, cultural e histórica que os produziu e que produzem. Sendo assim, a escola é uma reivindicação que se justifica diante da compreensão da vida, uma das formas através das quais lutam para efetivar o direito fundamental à educação.

A articulação da universidade aos movimentos sociais permite a reflexão sobre o contexto social, ideológico, cultural e econômico do país e do mundo, pensando projetos de reconstrução, a partir de ações cotidianas. A interação com os acampados tem mostrado que são inúmeras as possibilidades que se realizam nas escolas itinerantes, envolvendo a totalidade da comunidade acampada.

Estas reflexões expõem a responsabilidade da universidade, explicitada em seu projeto político-pedagógico, em fomentar e articular ações na perspectiva da transformação da realidade cultural e socioeconômica, de modo especial nos cursos de formação de professores.

5. Considerações Finais

Enquanto os cursos de formação de professores continuarem a pensar que as questões sociais, tais como o direito a terra e à permanência de vida no planeta não estão relacionadas ao direito à vida e à educação, permaneceremos com currículos idealizados que visam manter o *status quo*. Para assegurar o direito à educação nas diversas instituições formativas precisamos compreender que a educação é um processo contínuo de interação com o mundo da vida e do trabalho em que o currículo não é apenas um corpo estabelecido de

Educação do campo e escola itinerante do MST: articulações do projeto político-pedagógico com o contexto sócio-educacional

conhecimentos a serem ensinados e aprendidos, mas um conjunto de possibilidades de contestação e conflito que aponta na superação dos obstáculos e na apropriação significativa de conhecimentos e saberes. Projeto que a escola itinerante vem demonstrar e ensinar, a partir de sua própria realidade e experiência.

Perspectivas relacionadas à discussão do currículo e ao projeto político-pedagógico situam-se no âmbito da criticidade e da responsabilidade, precisam estar vinculados a compreensão de que não somos excluídos do direito à educação, mas que há um projeto histórico que nos mantém nessa posição. Admiti-lo é um passo para a organização de outras ações, função de todos os que se aventuram a discutir e refletir sobre um outro projeto político-pedagógico social, em que se articulam escolas e universidade.

A Universidade é espaço-tempo de formação e, como tal, precisa ser ocupada pelos sujeitos históricos e políticos. As experiências vivenciadas junto à escola itinerante são plasmadas de criticidade e aprendizagem por parte de todos os participantes. Essas reflexões permitem compreender o quanto a universidade ainda se mantém como instituição que se desvincula do direito à educação, distanciada da realidade das classes trabalhadoras, da educação do campo e da pedagogia dos movimentos sociais.

Portanto, muito há que se trabalhar no sentido de transformar essa instituição em espaço-tempo que se articula à educação popular, independente do nível de ensino. Para isso, opta-se em trabalhar na perspectiva de que formando trabalhadores em educação comprometidos com essas realidades, com esses projetos político-pedagógicos, há uma tentativa de superar a educação que vem sendo desenvolvida nos vários espaços-tempos formais e não-formais. Com tais compromissos acredita-se que o direito à educação terá mais possibilidade de se efetivar, mesmo que disso não se tenha garantias.

Referências

- CALDART, R. S. O currículo das escolas do MST. In: **Alfabetização e Cidadania**, n. 11, Abr. 2001.
- CANÁRIO, R. **O que é a escola?** um olhar sociológico. Porto: Porto Ed. 2005.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- GAUTHIER, C. **Por uma teoria da Pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Ijuí: Unijuí, 1998.
- LOPES, A. R. C. **Conhecimento escolar**: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

Ane C. Meurer - Cesar De David

MEURER, A. C.; DAVID, C. (Org.). **Espaços-tempos de itinerância:** articulações entre universidade e escola itinerante do MST. Santa Maria – RS: Ed. UFSM, 2006.

MORIGI, V. **Escola do MST:** uma utopia em construção. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 3. ed. São Paulo: Record, 2000.

SOUZA, J. F. Educação popular e movimentos sociais no Brasil. In: CANÁRIO, Rui. (Org.). **Educação popular & movimentos sociais.** Lisboa: Educa, 2007.

Correspondência

Ane Carine Meurer - Av. Roraima, 1000 - Universidade Federal de Santa Maria/Centro de Educação/Dept. de Fundamentos da Educação, 97105-900 - Santa Maria, RS.

E-mail: acmeurer@terra.com.br

Recebido em 03 de novembro de 2007

Aprovado em 19 de dezembro de 2007